

ENTE: Águia Branca

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Águia Branca

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2020

DOCUMENTO	IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	ARQUIVOS
BALPAT	1	<p>NOTA 01: INFORMAÇÕES GERAIS A Prefeitura Municipal de Águia Branca, pessoa jurídica de direito publico, atualmente localizada à Rua Vicente Pissinatti, 71, centro de Águia Branca/ES, representa a entidade máxima da administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, adquirindo personalidade jurídica com a inscrição no CNPJ 31.796.584/0001-87. Atualmente, segundo dados do IBGE, estima-se uma população de 9.653 habitantes, sendo que a economia baseia-se agricultura, representada pelo cultivo do café, eucalipto e extração de granito, além de pequenos comerciantes e turismo. Neste cenário a Prefeitura Municipal é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência. Mais importante que a função reguladora e disciplinadora em nosso município, a Prefeitura Municipal tem a função de criar o hem estar da população, oferecendo a todos sem distinção o acesso a serviços públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, cuidar e proteger a infraestrutura arquitetônica e ambiental do município, mediante ao ordenamento e planejamento territorial. NOTA 02: RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS RELEVANTES Os serviços técnicos da contabilidade foram executados de acordo com a legislação vigente, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária, o reconhecimento patrimonial e o levantamento das demonstrações contábeis no período de janeiro a dezembro de 2019, correspondendo um exercício financeiro conforme disposto no art. 34, da lei n° 4.320/64. A execução dos trabalhos e estrutura das demonstrações contábeis foi executada em observância ao disposto tias Leis n. 4.320/1964 no. 101/2000, nas Portarias MF n°184/2008 e STN n°.438/2012. 634/2013 e 700/2014 além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade. Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi utilizado o regime misto, caixa e competência para a arrecadação e o de competência para execução das despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/64, de forma integrada com as NBCASP — Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução n° 750, De 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade. NOTA 03: DETALHAMENTO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES Provisão para Perdas de Créditos: O Ajuste para Perdas de Créditos Longo Prazo, refere-se à significativa probabilidade de não recebimento total da dívida ativa, mediante cancelamentos, prescrições, ações judiciais frustradas, dentre outros. O saldo de provisão refere se a um percentual que representa efetivamente as possíveis perdas com dívida ativa inscrita, ajustados conforme informação do Departamento de Dívida Ativa, aplicado sobre o saldo total do crédito a receber. Provisões da Folha por Competência: Em respeito à exigência impostas ao município, efetuamos as provisões de folha de pagamento e de encargos sociais com base nas informações contábeis prestadas pelo setor de Recursos Humanos ao município, conforme se constata da análise do balancete de verificação e balanço patrimonial anexo à PCA Consolidada do município. Restos a Pagar: As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei n°4.320/1964, registrados em sua maior parte como não processados. Seguindo na mesma linha, os restos a pagar de exercícios anteriores, encontram-se todos devidamente registrados e detalhados junto à esta PCA. Créditos Adicionais: Os créditos adicionais abertos no exercício financeiro de 2019 foram abertas visando à readequação das despesas previamente fixadas, todos devidamente amparados mediante autorização contida na Lei Orçamentária Anual e em Lei específica. Transferências Financeiras: Compreende as movimentações de recursos financeiros ocorridas entre órgãos e entidades da administração direta, sendo que as Transferências Financeiras Concedidas foram realizadas entre a Prefeitura Municipal, o Fundo Municipal de Saúde e a Câmara Municipal, para cobertura das despesas inerentes as atividades fins de cada entidade. Todos os lançamentos estão devidamente registrados nas contas dos grupos de transferências Financeiras, 3511 - "TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA" para os dispêndios, e, 4511 – "TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA" para os ingressos. Estoques: Os estoques registram todas as entradas e saídas de materiais disponíveis no ente. Seus valores são registrados pelo valor original de aquisição no momento de liquidação das respectivas despesas de material de consumos e distribuição gratuita. Crédito em Longo Prazo de Dívida Ativa: As movimentações da dívida ativa, de inclus</p>	